

O campo de ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul

Cinara Neumann Alves

Marco André Cadoná

Resumo

O artigo apresenta uma análise da estrutura de relações estabelecidas por docentes no campo de ensino superior em cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Examinam-se ações e posições de docentes no campo de ensino superior em cooperativismo, com base na noção de campo de Bourdieu, a partir de dados de uma pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores e professores de cursos superiores em cooperativismo. Apresenta-se um breve histórico da construção dos cursos superiores em cooperativismo a partir da narrativa e posição dos agentes no campo. A partir da compreensão de quem são tais docentes, apresenta-se também uma taxonomia dos docentes de ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul, identificando-se três categorias: Docentes Institucionais, Docentes Não Institucionais e Docentes Mercadológicos. Observa-se, ao final, a existência de uma rede de atuação docente no âmbito da pós-graduação, reflexo da estrutura de relações destes docentes. Os agentes desse campo estabelecem suas relações a partir da categoria de docentes à qual pertencem, validando os capitais que essa categoria apresenta. Mas há um processo em andamento, que dispõe e transforma essas relações e passa pela compreensão da construção histórica do campo.

Palavras-chave | Campo social; cooperativismo; ensino superior; Rio Grande do Sul.

Classificação JEL | B59 G21 I23

The field of higher education on cooperativism in Rio Grande do Sul

Abstract

The article presents a relationship structure analysis by professors in the field of higher education in cooperativism in Rio Grande do Sul - Brazil. It highlights the actions and mainly the professor's positions in the field of higher education on cooperativism in Rio Grande do Sul based on: a) Bourdieu's notion of field, b) data from documentary analysis and c) semi-structured interviews conducted with managers and professors of graduation courses in cooperativism. It presents a brief history of higher courses construction in cooperativism based on the narrative and agents position in the field. It presents a taxonomy of higher education

professors in cooperativism in Rio Grande do Sul identifying three categories based on who these professors are: a) Institutional Professors, b) Non-Institutional Professors, and c) Mercadológicos Professors. The existence of a teaching network activity within the graduate program is presented at the end of the paper, which is also a reflection of these professors' relationship structure. Agents in this field establish their relationships based on the professor's category to which they belong and validate the capitals that this category presents. But there is an ongoing process that disposes and transforms these relationships and goes through the understanding of the historical field construction.

Keywords | Cooperativism; higher education; Rio Grande do Sul; social field.

JEL Classification | B59 G21 I23

El campo de la educación superior en cooperativismo en Rio Grande do Sul

Resumen

El artículo presenta un análisis de la estructura de relaciones que establecen los profesores del campo de la educación superior en cooperativismo del estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Se examinan las acciones y las posiciones de los docentes en el campo de la educación superior en cooperativismo, sobre la base de la noción de campo de Bourdieu, a partir de datos de una investigación documental y entrevistas semiestructuradas realizadas a directivos y profesores de cursos superiores en cooperativismo. Se presenta una breve historia de la construcción de cursos superiores en cooperativismo a partir de la narrativa y posición de los agentes en el campo. Desde la comprensión de quiénes son estos profesores, se presenta una taxonomía identificando tres categorías: Profesores Institucionales, Profesores No Institucionales y Profesores de Mercado. Al final, es posible observar la existencia de una red de actuación docente en el marco del posgrado, reflejo de la estructura de relaciones de estos profesores. Los agentes de este campo establecen sus relaciones en función de la categoría de profesores a la que pertenecen, y validan los capitales que presenta esta categoría. Pero existe un proceso continuo que dispone y transforma estas relaciones y pasa por la comprensión de la construcción histórica del campo.

Palabras clave | Campo social; cooperativismo; educación superior; Rio Grande do Sul.

Clasificación JEL | B59 G21 I23

Introdução

As cooperativas no Brasil desenvolveram-se na contramão do movimento europeu. Foram fundadas a partir do fim do século XIX nas áreas urbanas e de classe média. Também emergiram em regiões de imigração alemã e italiana. Ao longo do século XX ganharam projeção por meio das cooperativas agropecuárias. Os governos brasileiros, desde o início do século XX, realizaram amplas campanhas de

divulgação do cooperativismo, enfatizando as virtudes das cooperativas, especialmente das agrícolas, para atender ao consumo interno e à exportação, especialmente em tempos de crises econômicas (ALVES; CADONÁ; FORGIARINI, 2021; PINHO, 2008).

O vínculo das cooperativas pelo e com o Estado, tornou-se uma característica importante dessas organizações no Brasil, pelo menos até o fim da década de 1980, quando a Constituição de 1988 rompeu com essa tradição. Os governos, em especial nos momentos de maior tensão econômica, incentivaram e controlaram as cooperativas, principalmente as agrícolas, de crédito e de consumo. A relação entre o movimento cooperativista e o Estado se intensificou a partir da segunda metade do século XX, dentro de uma lógica de expansão do capitalismo no país e da inserção dependente no sistema capitalista global (PINHO, 2008).

O processo de desenvolvimento das cooperativas no país, de forma geral, tomou forma semelhante ao desenvolvimento de organizações mercantis em termos de concepção e de gestão. Diversas cooperativas, partindo da necessidade de responder e sobreviver ao mercado, adotaram um modelo de gestão de empresas S/A. Esse processo resulta em um tensionamento entre a concepção da cooperativa a partir da identidade cooperativista e a existência empírica dessa organização a partir de uma concepção capitalista (PINHO, 2008).

A educação cooperativa tem importância para o desenvolvimento das cooperativas. A dimensão educativa é tida como condição *sine qua non* para a sobrevivência das cooperativas e para a disseminação do pensamento cooperativo. Ainda naquele contexto histórico, as preocupações com uma sociedade (moderna) que, ao se desenvolver, impulsionava valores como o individualismo, repercutiam nas experiências e nas próprias reflexões sobre o Movimento Cooperativista. A cultura individualista, importante ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, tende a problematizar a experiência cooperativa como possibilidade histórica e peculiar de afirmação cultural (PINHO, 2003; SCHNEIDER, 2003).

Educar para a cooperação não é fácil, pois há o predomínio na sociedade contemporânea a cultura da concorrência e da ação individual, cujos valores e êxitos constantemente valorizados, mesmo que isso ocorra em detrimento da expressão de outros indivíduos (SCHNEIDER, 2003). Ainda que a cultura individualista não elimine a possibilidade de experiências cooperativas, essas não somente tornam-se mais difíceis, mas, também, quando ocorrem, são lentas, graduais, desenvolvendo-se não sem incongruências e, mesmo, contradições.

Por isso, também, a educação cooperativa não pode ser vista como expressão de ações pontuais, pois requer uma ação de educação permanente, onde as cooperativas podem e têm grande importância. Não é em um ambiente competitivo que a cooperação germina, pois é necessário que se criem ambientes próprios à cooperação. É necessário que os cooperados, representados pelos dirigentes, invistam na educação cooperativa dos associados e funcionários. “É pelo fluxo de

informações e atividades educativas na perspectiva da ajuda mútua que se obtém um bom e eficiente relacionamento entre cooperativa e associado” (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Com a necessidade de se pensar a educação cooperativa como inerente ao processo de aprendizagem do cooperativismo, desde a década de 1990 o movimento cooperativista Brasileiro conta com o seu próprio sistema S: o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A entidade, criada em 1998, é ligada à Organização das Cooperativas Brasileiras e objetiva desenvolver a “Educação e Gestão Cooperativista”, não somente para as cooperativas e para os seus empregados, mas, também, para os cooperados e para as comunidades onde estão localizadas as cooperativas. Ao longo da década de 2000, o Sescoop se fez presente em todo o país, com organização em 26 unidades estaduais, numa perspectiva de atuação voltada à realidade das cooperativas em cada um dos estados da federação (OCB, 2018).

A representatividade das cooperativas no Rio Grande do Sul (RS) no cenário nacional expressa a importância que a educação e a capacitação cooperativistas ganhou no estado. É simbólico que a primeira faculdade (Sescoop) voltada apenas para o cooperativismo foi criada pelo Sescoop/RS, tornando-se um modelo para outras experiências em construção no Brasil. O Sescoop/RS trabalha com a educação cooperativista no estado do RS em parceria com as cooperativas ligadas a Ocergs (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) e em parceria com as instituições de ensino superior (SESCOOP/RS, 2018). Embora a entidade seja referência em educação cooperativa no estado, é importante destacar que este caminho foi calcado em bases há bastante tempo difundidas e trabalhadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no RS.

A demanda por cursos de pós-graduação *lato sensu* no RS aumentou na medida em que os desafios colocados para e pelas cooperativas, em especial no que se refere à gestão e à sustentabilidade, foram, também, aumentando. De forma que a presença de gestores especializados em gestão de cooperativas se tornasse um diferencial relevante para os bons resultados das cooperativas. Foi assim que iniciativas de IES localizadas próximas a grandes cooperativas ganharam forma e cursos de especialização e MBA (*Master of Business Administration*) em Gestão de Cooperativas foram criados. Ainda na década de 1970, a Unisinos criou a Especialização em Cooperativismo, um curso pioneiro no estado no âmbito da pós-graduação, mantendo suas atividades na atualidade. Hoje, instituições de ensino superior se destacam pela oferta de especialização em Gestão de Cooperativas no RS, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – IES com cursos de Especialização/MBA em cooperativismo

Instituição (IES)	Sigla	Denominação	Situação	Modalidade
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Unisinos	Cooperativismo - CESCOOP XXXII	Ativo	Educação Presencial
Universidade de Santa Cruz do Sul	Unisc	Cooperativismo, Gestão e Desenvolvimento Regional	Ativo	Educação Presencial
Faculdade de Tecnologia La Salle - Estrela	Facsalle	Gestão do Cooperativismo	Ativo	Educação Presencial
Faculdades Integradas de Taquara	Faccat	Gestão de Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Unijui	Gestão de Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo	Escoop	Gestão De Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Universidade do Vale do Taquari	Univates	Gestão de Cooperativas - 14ª edição	Ativo	Educação Presencial
Universidade do Vale do Taquari	Univates	Gestão de Cooperativas de Infraestrutura de Energia Elétrica	Ativo	Educação Presencial
Universidade de Passo Fundo	UPF	Gestão de Negócios em Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	MBA em Gestão de Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Faculdade Anglicana de Erechim	FAE	MBA em Gestão de Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Universidade do Vale do Taquari	Univates	MBA em Gestão de Cooperativas (EAD)	Ativo	Educação a Distância
Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo	Escoop	MBA em Gestão de Cooperativas Odontológicas	Ativo	Educação Presencial

Faculdade Meridional	Imed	MBA em Gestão Estratégica de Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Faculdade Meridional	Imed	MBA em Gestão Estratégica de Cooperativas com Foco em Planejamento de Riscos	Ativo	Educação Presencial
Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre	ESPM - POA	MBA em Liderança Estratégica de Negócios e Pessoas em Cooperativas	Ativo	Educação Presencial
Faculdade de Tapejara	FAT	MBA em Gestão de Cooperativas	Ativo	Educação Presencial

Fonte: Alves (2019, p. 118).

Ainda é possível acrescentar o Centro de Ensino Superior Riograndense (Cesurg) como IES que possui curso de especialização. Em relação aos cursos de graduação, além do curso oferecido pela Escoop, há mais quatro IES que oferecem cursos de graduação: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Rio Grande (Furg), Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), Unijuí e Cesurg.

Estas iniciativas que caracterizam os cursos de graduação e pós-graduação voltados ao cooperativismo e à gestão de cooperativas formam um espaço de atuação de agentes que se tornaram protagonistas no desenvolvimento de um conhecimento formal, em nível superior, sobre o cooperativismo no RS. Este espaço, traduzido como um campo de atuação dos docentes de ensino superior em cooperativismo no RS, é configurado pelas IES e pelos cursos de graduação e pós-graduação em cooperativismo no estado.

No presente artigo, então, apresenta-se uma caracterização dos docentes que atuam neste espaço (campo) de ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul, bem como a estrutura de relações entre esses professores. Pensar a construção social do ensino superior em cooperativismo remete à necessidade de ponderar sobre o comportamento dos agentes que compõem este campo, daqueles que pensam e atuam nos cursos de graduação e pós-graduação em cooperativismo/gestão de cooperativas no estado do RS. A partir da compreensão do campo enquanto espaço social de atuação de determinados agentes, que atuam visando disputar o acesso aos capitais valorizados, pretende-se compreender a estrutura de relações dos docentes a partir da dinâmica de construção do ensino superior em cooperativismo no RS.

Procedimentos metodológicos

A noção de campo possui uma configuração singular conforme a realidade social e particularidades culturais e simbólicas e pode ser proposta como uma ferramenta de recorte metodológico (VIZCARRA, 2002). O campo social é apresentado como um espaço estruturado de ideias e ações que refletem polarizações constituídas pelos agentes que fazem parte de um determinado campo. A noção de campo designa esse espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias, construídas e instituídas pelos indivíduos (BOURDIEU, 2004).

O campo é dotado de regras e de uma forma geral possuem leis, chamadas por Bourdieu de “*leis gerais dos campos*”, ou seja, possuem características próprias que estão presentes em todos os campos, leis e componentes de funcionamento (BOURDIEU, 2003a). O campo pode então ser definido como um jogo, com regras definidas, equipes, jogadores e costumes. Além das regras definidas, há regras implícitas que contribuem para a definição da posição dos jogadores, essas regras não estão escritas em lugar algum, tampouco são de fácil distinção, estão claras apenas a alguns jogadores (BARROS FILHO, 2015; BOURDIEU, 2003a).

O campo, então, é um espaço de forças, e essa concepção está presente em quase toda obra de Bourdieu (1983, 2003a, 2003b, 2004, 2017) e nas de quem utiliza sua teoria ou escreve sobre o autor (ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009; CAMPENHOUDT, 2001; CORCUFF, 2001; CORTÉS, 2016; GARCIA, 1996; LAHIRE, 2002; MONTAGNER, M. A., MONTAGNER, M. I. A., 2011; VIZCARRA, 2002). Em uma definição, “a estrutura do campo é um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores.” (BOURDIEU, 2003b, p. 120).

As dinâmicas de construção social destes agentes resultam em um grupo em que as pessoas são marcadas pelas suas formações históricas, profissionais e sociais destoantes. Isso faz com que o grupo tenha grandes heterogeneidades, e busca não as expor, principalmente na condição de agentes dominados, devido à superexposição e pressão dos vários agentes envolvidos neste campo. Este grupo vive na fronteira entre a sua autonomia na construção do conhecimento e as pressões das diversas instituições que representa, as instituições patrocinadoras, a pressão da opinião pública e das cooperativas, de forma que, possivelmente, o conhecimento debatido não reflète a totalidade o pensamento do professor. Mas, devido ao seu interesse em continuar no campo, precisa se sujeitar a isso e apenas aceitar um poder periférico no seu contato diário com o discente.

Este campo tem a tendência de emancipar-se em relação aos outros campos conforme se solidifica em sua estrutura de campo. “Quanto mais especificidades, simbólicas e objetivas, maior é o capital específico do campo, e, por consequência, maior é sua estrutura.” (MATIOS, 2018, p. 21). A construção social do campo do

ensino superior em cooperativismo requer assim a compreensão de quão estruturado está este campo e como funcionam as regras do seu jogo, pois quanto mais autônomos os campos forem, menos sofrerão interferências externas (BOURDIEU, 2004).

O campo de ensino superior em cooperativismo no RS, em sua construção social, estrutura-se de uma maneira peculiar, pois as posições existem umas em relação às outras, é um campo polarizado em suas ideias e os capitais em disputa ganham mais ou menos valor conforme as posições ocupadas por seus detentores (dominantes ou dominados). É formado pelos agentes docentes, IES, cooperativas, federações, entidades representativas, discentes e mantenedoras. Os indivíduos se interconectam nestas organizações formando o campo.

Os instrumentos metodológicos utilizados caracterizaram-se pelo levantamento de dados documentais e dados primários junto aos agentes. A coleta de dados documentais sobre os cursos de graduação e pós-graduação em Gestão de Cooperativas ocorreu partindo da identificação dos cursos existentes no RS no portal E-Mec. Foram encontrados 10 cursos de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas em atividade. Com base nestas informações, excluiu-se, para fins de análise, os cursos de graduação a distância, sendo analisados seis cursos de graduação. Após este processo, realizou-se a coleta de informações sobre os cursos, por meio de contatos diretos e indiretos, o que permitiu o conhecimento do corpo docente. A coleta de informações junto aos cursos de pós-graduação ocorreu da mesma forma, resultando em 17 cursos de especialização/MBA em atividade.

A coleta de dados dos docentes dos cursos, após sua identificação, foi realizada uma busca pelos currículos na Plataforma Lattes® ao longo do ano de 2018. As informações coletadas foram: titulação (especialista; mestre ou doutor); área e instituição de formação da graduação, mestrado e doutorado e linhas de pesquisa/área de atuação. Assim, todas as informações sobre os docentes para fins de análise referem-se àquelas que constam no currículo na data consultada.

Para a coleta de dados primários foram realizadas entrevistas semiestruturadas, presencialmente ou por videoconferência e gravadas entre junho e dezembro de 2018. Foram realizadas 13 entrevistas, com docentes de nove instituições. Uma delas sendo o Sescop/RS, com roteiro diferenciado, como entidade representativa das cooperativas e instituição mantenedora da Escoop. Estes entrevistados foram escolhidos priorizando todos os coordenadores de cursos da graduação presencial, e seis coordenadores de cursos de pós-graduação. A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa utilizando técnicas de análise de conteúdo com o apoio do software NVivo® e análise de redes sociais com o apoio do software Ucinet®.

Os docentes do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul e suas estratégias de atuação no campo social

De acordo com a abordagem do campo acadêmico, inspirada em Bourdieu (2017), os agentes buscam uma série de possíveis “troféus”, ou seja, possuem objetivos diferentes entre si. Os troféus no campo acadêmico podem ser o reconhecimento dos pares pelas publicações, o reconhecimento dos discentes na prática do ensino, o envolvimento com a comunidade, o reconhecimento no mercado etc. Neste sentido, considerar o contexto da criação dos cursos de graduação e pós-graduação em cooperativismo, como foi o processo e quais agentes estiveram envolvidos neste processo – a partir da perspectiva do professor –, auxilia na compreensão das suas estratégias de manutenção no campo.

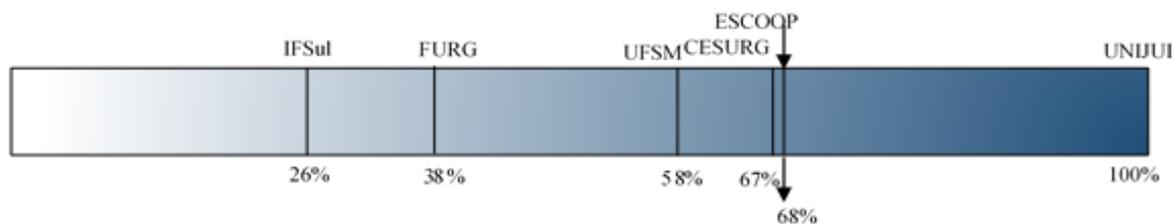
Na construção dos cursos de graduação e pós-graduação, os processos foram distintos uns dos outros. Na construção do curso de pós-graduação da Unijuí, por exemplo, além do Sescop/RS e algumas cooperativas, outras instituições colaboraram no processo de desenvolvimento, como sindicatos e entidades representativas de classes, cooperativas e federações de cooperativas, conforme relato do agente entrevistado. No Cesurg, no entanto, o processo de criação foi distinto e não houve contatos com outras instituições. Já no caso da Escoop, a participação de outras entidades ocorreu por meio da influência teórica sobre a construção do projeto da faculdade. No caso do IFSul, não houve relações com outras instituições na fundação do curso. A Furg estabeleceu contato com outras IES por meio dos agentes que estavam pensando a estrutura de um curso em Gestão de Cooperativas em um campus novo na universidade e esses agentes possuíam contatos junto à UFV, pioneira no país em cursos de graduação em cooperativismo.

Foi possível perceber nas narrativas dos agentes que para a formação de alguns cursos os agentes estabeleceram relações de contato. É o caso da Unijuí e da Escoop, ambas com contatos pelo Sescop. A Escoop também estabeleceu contato com a UFSM e Unisinos, além de buscar inspiração em outras instituições internacionais voltadas ao cooperativismo. A Unijuí, por sua vez, fez um caminho mais institucional, buscando outros agentes importantes para o campo. As instituições federais foram relativamente autônomas para a criação dos cursos que, em geral, foram formados independente de outras instituições. O Cesurg, entretanto, sendo a IES mais nova dentre as pesquisadas, não contou com o apoio de outra IES para a criação do curso.

Os cursos de ensino superior em cooperativismo pesquisados, em geral, são vinculados à área de Ciências Sociais Aplicadas. Assim, é comum serem denominados ‘Gestão de Cooperativas’. No caso dos cursos de graduação, essa segmentação é unânime. Então, a partir da análise das informações secundárias, da titulação dos docentes, buscou-se constatar a aderência deles às Ciências Sociais Aplicadas. Com base nas informações contidas nos currículos dos professores, a

classificação se deu pelo nível de titulação: graduação, especialização, mestrado e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas (CSA). As IES foram analisadas individualmente, gerando uma régua geral final pela sua própria proporção de titulação ligada ou não às Ciências Sociais Aplicadas.

Figura 1 – Proporção de docentes de Ciências Sociais Aplicadas na graduação de Gestão de Cooperativas no Rio Grande do Sul



Fonte: Alves (2019, p. 146).

A Figura 1 dispõe em uma régua os percentuais de titulações ligados às CSA dos docentes das instituições com curso superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Em geral, as instituições não públicas possuem um quadro docente mais vinculado à área de CSA. Pelo menos dois terços do corpo docente têm essa característica, chegando a 100% na UNIJUI, instituição consolidada no ensino em cooperativismo no RS. Já as instituições públicas possuem uma porcentagem menor de docentes vinculados à área de CSA, variando em torno da metade até quase um quarto das titulações vinculados às CSA. A UFSM, de fato, tem se posicionado mais ao centro desta relação, fazendo contatos com ambos os públicos. Mas a FURG tem buscado outras referências e há uma pequena interação entre FURG e IFSul.

A análise dos currículos da titulação dos docentes foi relevante, uma vez que os cursos se intitulam de Gestão, de modo que a titulação pode indicar a orientação que cada curso terá. O campo do ensino da graduação assim é formado por agentes oriundos de diversas áreas do conhecimento, com predominância da área de CSA. Considerando que neste caso as IES e seus cursos estão sendo representadas pelos agentes entrevistados, a análise do campo científico enquanto um espaço de disputas e relações entre os agentes dispõe que estes agentes se relacionarão com outros agentes que possuam a mesma formação, pois ambos, em tese, possuem capitais semelhantes e buscam a validação dos seus pares. Essas evidências aparecem também nas narrativas dos agentes. O campo do ensino superior em cooperativismo é, enquanto uma rede de agentes/instituições, embrionário e há uma dicotomia entre instituições públicas e não públicas. As instituições não públicas, em geral, necessitam do Sescop/RS ou de outras fontes de recursos para viabilizar seus cursos e estão mais voltadas para a gestão propriamente dita. Essas IES, ao voltarem-se para o Sescop/RS, invariavelmente aproximam-se da Escoop, dando destaque e legitimação para esta IES.

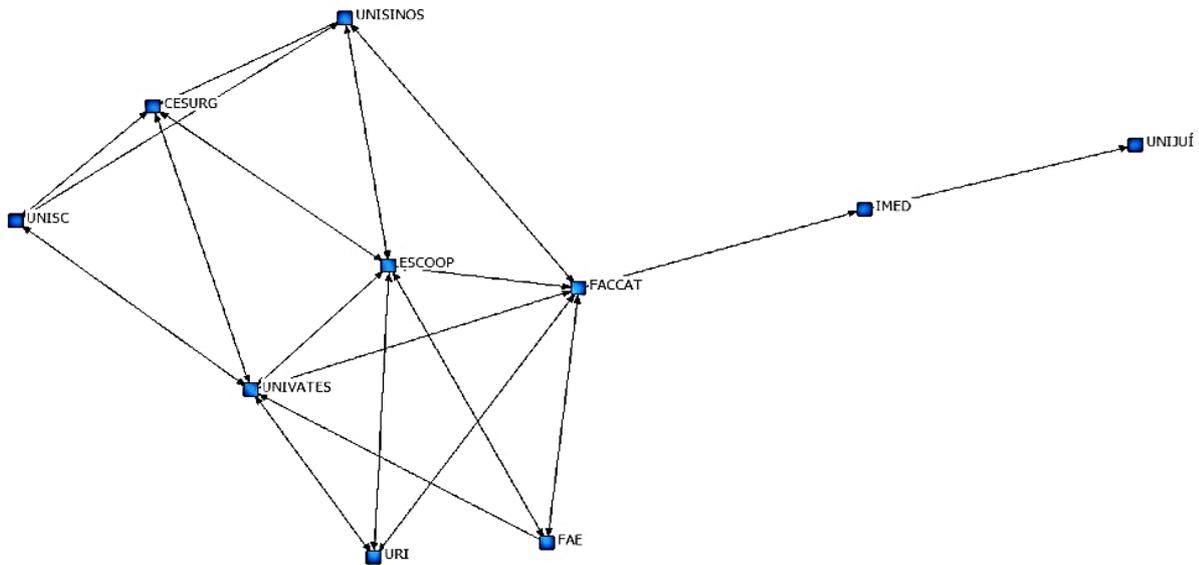
Contudo, as instituições públicas não necessitam de recursos externos à instituição para que seus cursos possam acontecer. A UFSM reconhece a importância da dinâmica cooperativista e busca o sistema Ocergs-Sescoop/RS para trocas de conhecimentos e parcerias, e, com isso, a Escoop é legitimada pelo agente entrevistado. Entretanto, como independe de recursos para sua atividade, a relação é baseada na busca pela acumulação de capitais culturais e científicos em uma posição igualitária, sua relação não é de dominação, mas de legitimação. A UFSM não depende do sistema cooperativista para sobreviver, mesmo assim legitima e busca parcerias para o desenvolvimento do campo.

Por outro lado, a Furg e o IFSul também não necessitam do sistema cooperativista para manter o curso; porém, como os agentes são vinculados mais a outras áreas que não às CSA, os cursos não possuem uma orientação tão sólida para a gestão. Desta forma, como o sistema Ocergs-Sescoop/RS é reconhecido por representar cooperativas mais ‘empresariais’, a relação entre esses dois agentes não se estabelece. O fato de as instituições públicas não necessitarem de recursos financeiros garante liberdade de orientação e de cátedra, não sofrendo possíveis interferências externas, o que, em geral, condiciona as privadas.

No caso da pós-graduação, a dinâmica estratégica dos agentes é outra. A lógica da pós-graduação é predominantemente reativa à demanda de cursos por parte das cooperativas. As cooperativas possuem os recursos do Sescoop-RS, e outras fontes como o Fates/Rates (Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social), cujos saldos precisam ser usados (cf. Lei 5.764/1971). Neste sentido, as cooperativas procuram órgãos e instituições em busca de uma educação que as permitam seguir competitivas no *mainstream* de mercado. As próprias falas institucionais são no sentido de manter um conforto de não embate e de conversão dos objetivos do sistema cooperativista com as empresas mercantis. As instituições, sabendo destes recursos, também se organizam neste movimento. Nesse campo, as instituições públicas não possuem protagonismo ou participação nesse mercado, construído a partir dos recursos do Sescoop/RS e das próprias cooperativas.

As estratégias de campo dos docentes da pós-graduação foram compreendidas a partir da análise da Rede Institucional dos cursos de pós-graduação em cooperativismo no RS utilizando o *software* de análise de redes sociais Ucinet®. A rede foi montada a partir dos dados das informações obtidas junto às instituições de ensino (primárias e secundárias) quanto aos seus quadros docentes. Foram selecionados os docentes que constavam no quadro de duas ou mais instituições, ou seja, lecionavam em mais de uma instituição nos cursos de pós-graduação em cooperativismo no estado. Sendo assim, as linhas de contato refletem as conexões institucionais por meio da atuação docente. Esta análise é apresentada graficamente na Figura 2.

Figura 2 – Rede Institucional da Pós-Graduação em Cooperativismo do RS

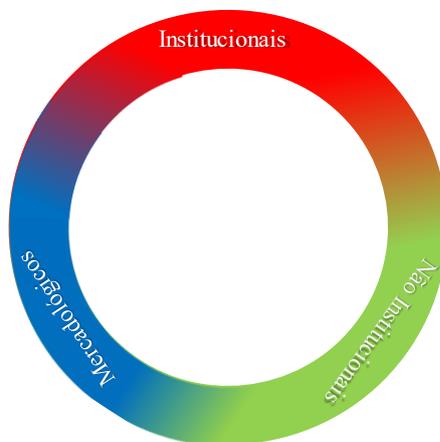


Fonte: Alves (2019, p. 148).

No campo social do ensino superior do cooperativismo as trocas e as relações se dão frequentemente na esfera do *lato sensu*. Os docentes deste corpo são mais móveis e transitam em duas ou mais instituições, sendo todas elas não públicas. Neste campo, o capital social é de fato o capital de validação dos agentes.

Não há uma identificação institucional tão forte, o que fica evidente na análise dos currículos e nos relatos dos agentes. A lógica está pautada na existência ou não dos recursos. A existência de recursos permite a mobilidade dos docentes e, com isso, possíveis trocas institucionais. As narrativas e as informações secundárias possibilitaram que fosse criada a taxonomia dos agentes do campo de ensino superior em cooperativismo no RS (ver Figura 3).

Figura 3 – Taxonomia dos docentes de Ensino Superior em Gestão de Cooperativas no RS



Fonte: Alves (2019, p. 150).

Essa taxonomia reflete um *continuum* de três categorias que conversam entre si. Ou seja, o docente pode ser classificado em uma ou outra, ou no entremeio de duas categorias. As três categorias de docentes são: a) Institucionais; b) Não Institucionais e; c) Mercadológicos.

Os docentes institucionais, no caso do campo do ensino superior em cooperativismo no RS, em geral, são professores de graduação. Contudo, o que realmente os caracteriza é que quando são questionados a qual instituição estão vinculados, sabem dizer a qual instituição estão vinculados. Podem até citar outras instituições, mas terão sempre uma instituição como principal, a primeira. Buscam como troféu o reconhecimento dos pares, seja por pesquisa (publicações), seja pelo ensino ou extensão. Estes professores possuem uma situação financeira normalmente mais equilibrada, desta forma, a motivação por recursos financeiros não se torna tão relevante. As instituições com maior número de publicações apostam neste tipo de docente, o comprometimento é maior e o acúmulo de capital econômico não é um objetivo. Nesse sentido, a validação que faz de outros professores está ligada às atividades da prática docente.

Os docentes não institucionais têm mais dificuldade de indicar em qual instituição trabalham ou citam duas ou mais no mesmo grau de importância. Estes docentes são, em sua maioria, vistos, no caso do campo do ensino superior em cooperativismo no RS, nos cursos de pós-graduação (que no objeto descrito são apenas *lato sensu*). Este tipo de docente está menos ligado a publicações e mais à validação dos próprios discentes. Sabe que é a legitimação dos discentes que lhe garantirá um novo contrato. Tem um envolvimento menor com pesquisa e menor ainda com a extensão. Dificilmente participará de outras ações institucionais que

transpassem a sua própria aula, uma vez que está buscando um novo contrato com a possibilidade de dar aulas no tema que domina em alguma outra instituição.

Para esses docentes, a busca se dá pelo capital econômico. Essa estratégia de buscar várias instituições para ministrar aulas, sobretudo de pós-graduação, está ligada também à remuneração das aulas de graduação e de pós-graduação. A pós-graduação remunera de cinco a sete vezes mais por hora. Contudo, este docente não possui estabilidade, necessária para o desenvolvimento de pesquisa e extensão.

Alguns docentes podem estar entre o institucional e o não institucional. Neste caso, o agente possui mais horas com uma instituição específica, contudo, insuficiente financeiramente na sua opinião. Isso faz com que busque outras complementações. Também aí a pesquisa acaba sendo afetada, pois ela não é priorizada pelo agente. A busca pelo capital econômico e pela legitimação dos próprios discentes faz com que este tipo de docente tenha uma ligação mais próxima com o mercado e com os docentes mercadológicos.

Os docentes mercadológicos normalmente possuem um envolvimento institucional com alguma organização cooperativa e acreditam que possuem conhecimentos suficientes, que devem ser “repassados” para outras pessoas, sobretudo para novos cooperados e novos colaboradores de cooperativas. Normalmente, estes docentes não possuem práticas que se aproximam de expectativas didáticas da academia, no apoio ao processo de construção social no qual o discente é o seu próprio protagonista. Não compreendem “as burocracias” do campo e constantemente as invalidam, pois não possuem capital científico para compreender e validar os pares e o campo social. Sendo assim, têm pouco envolvimento com pesquisa e extensão e possuem baixa titulação. Entendem que apenas a sua “experiência de mercado” é elemento certificador suficiente para que possa “dar uma aula”. Para eles, dar aulas é uma atividade complementar.

Eventualmente, há várias possibilidades de ganho com este tipo de docente. Permite que a extensão, no sentido de retorno à organização cooperativa, possa acontecer. Sobretudo quando se posicionam mais próximos de uma instituição específica, fortalecendo os laços entre a instituição de ensino e a cooperativa, tornam-se um canal ativo e profícuo de trocas de conhecimento e aprendizagem entre as cooperativas e a academia. Há também os docentes que se colocam entre o mercado e uma posição não institucional, que buscam através das aulas de pós-graduação aumentar a sua posição e as possibilidades de consultoria para diversas cooperativas. Trata-se de docentes que acreditam que ao criar laços com cooperados e colaboradores dentro da sala de aula abrem-se possibilidades de consultorias futuras.

A taxonomia indicada na Figura 3 permite identificar melhor as estratégias dos docentes de ensino superior em cooperativismo no RS. Os docentes institucionais buscam os troféus consagrados por Bourdieu (2017) em *Homo Academicus*, ou seja, esse docente produz pesquisa, ensino e extensão e está mais diretamente envolvido

com o desenvolvimento do cooperativismo, tanto como paradigma de pensamento quanto experiência histórica de gestão organizacional da produção e do trabalho. Ele deseja ser reconhecido pelos pares por suas publicações, a qualidade integral da aula que possibilita ao discente e aos projetos de extensão o impacto social que esta causa na comunidade, ou mesmo na sociedade como um todo. Do ponto de vista acadêmico, esse agente é central para o desenvolvimento do campo social do ensino superior em cooperativismo no RS.

Já os docentes não institucionais buscam como troféu o capital financeiro e a possibilidade de ser reconhecido pelos lugares que passam. Estes docentes podem ser elementos centrais para o adensamento do campo social em questão. Seu trânsito pode fazer com que boas práticas de diferentes instituições possam ser aplicadas entre si. Cabe também às IES criar espaços para que possam capturar desses docentes informações e conhecimentos adquiridos por eles de decorrer de suas passagens por instituições, bem como cooperativas e empresas.

Por outro lado, os docentes mercadológicos buscam como troféu a validação de outros públicos para além da sua própria cooperativa e, caso trabalhe como consultor, de outras cooperativas também. Seu conhecimento de causa e de prática do dia a dia acaba sendo um instrumento valioso de atração de novos discentes, sobretudo em instituições privadas que necessitam de novos alunos. Pode também tornar-se um canal aberto para uma instituição, caso esteja mais ligado com uma universidade específica, possibilitando trocas e desenvolvimento de conhecimento prático por parte dos discentes. Contudo, o seu menor comprometimento com as instituições acadêmicas, a sua escassa participação em atividades valorizadas pela academia (por exemplo, publicações), pode ser questionado pelas instituições universitárias, tendo em vista o modelo de ambiente acadêmico hegemônico no Brasil, que valoriza a quantidade e a qualidade de publicações de seus docentes. E tais atividades se tornam mais complicadas quando as atenções do docente se dividem em mais de uma instituição ou mais de uma função.

É possível indicar que docentes do ensino superior em cooperativismo no RS estão dispersos e a questão geográfica tenha menor importância hoje — embora ela também exista. Contudo, as dispersões que chamam atenção são as que são indicadas a seguir.

Na graduação e pós-graduação, 50% dos cursos de graduação são ofertados por instituições públicas, onde não predomina a titulação em Ciências Sociais Aplicadas e observa-se uma independência financeira e paradigmática do sistema representativo cooperativista do RS (pois não dependem de recursos do Sescop/RS). A outra metade está mais ligada à área de Gestão em suas titulações e possuem mais contatos com o sistema Ocergs-Sescop/RS. Ou seja, a forma de contato do sistema é utilizando-se de recursos financeiros, desta forma, parece haver dificuldades em lidar com relações que sejam de parceria e não de dominação. Já no caso da pós-graduação, totalmente *lato sensu*, existem várias instituições que não

necessariamente possuem docentes institucionais neste campo, então surgem apenas para atender uma demanda mercadológica, contando com docentes não-institucionais e mercadológicos. Neste caso, o sistema Ocergs-Sescoop/RS é um agente dominante por possuir os recursos necessários.

Todos os cursos são de Gestão de Cooperativas, logo seria comum a ligação dos docentes à área de Ciências Sociais Aplicadas. Contudo, a disputa se o cooperativismo faz parte do campo do desenvolvimento social ou econômico faz com que todas as instituições que dependem menos dos recursos do *mainstream* sejam mais críticas em relação à lógica de uma possível “companização” das cooperativas, no sentido de perder a sua identidade cooperativista guardada pelos princípios do cooperativismo. Assim, cria-se um elemento de dispersão e lógica de legitimação destoante entre si. Enquanto o docente de outras áreas pode buscar mais extensão — no sentido social de impactar no desenvolvimento regional — e pesquisa, o docente com formação de CSA vai buscar legitimar o desenvolvimento econômico das organizações cooperativas e da sua atuação para melhorar o balanço financeiro delas. Ambos podem disputar prestígio por publicação, o que define a busca pelo prestígio ou não se dá na dispersão pelo tipo de docente que cada um é, independente da sua formação. Ou seja, se é institucional, não institucional ou mercadológico.

Como já referido, os docentes institucionais são aqueles centrais para o desenvolvimento do campo social do ensino superior em cooperativismo no RS. Buscam como troféu do campo o reconhecimento por pares de suas publicações com resultados de pesquisas bem como suas aulas e, quando possível, almejam a mesma validação pelas atividades de extensão.

Os docentes não institucionais buscam por capital econômico, e com isso, transitam em todo o campo, podendo ser elementos aglutinadores deste campo notadamente disperso. Já os docentes mercadológicos buscam como troféu do campo o reconhecimento de que seus vários anos de trabalho em uma cooperativa lhe garantem a possibilidade de repassar o conhecimento no âmbito acadêmico, ou, principalmente, por consultoria para outra cooperativa, o que é normalmente resultado de seu trabalho como docente, assim como os não institucionais. Este docente possibilita um canal de comunicação rico com as cooperativas, objeto de estudo dos docentes institucionais e um meio para que a teoria encontre a prática e se desenvolvam.

Esses são docentes de ensino superior em cooperativismo no RS e suas estratégias de atuação no campo social em questão. O desafio que se apresenta para se estruturar o campo é gerar boa pesquisa acadêmica de base, que oriente tanto as cooperativas quanto novos pesquisadores num círculo virtuoso de desenvolvimento acadêmico, social e econômico.

Agentes e estrutura de relações entre os docentes na construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul

O campo é um espaço de forças e sua estrutura é definida a partir do comportamento e das relações entre os agentes que orientam suas ações munidos dos capitais em voga. A abordagem realizada junto aos agentes permitiu conceber um campo de relações ainda pouco estruturado. Os agentes, em geral, tiveram algumas dificuldades iniciais de dispor essas relações, por vezes enunciando as relações entre os docentes da própria instituição, refletindo uma desconexão com outras IES ou com docentes de outras IES no RS que ofereçam cursos em cooperativismo. Entretanto, os agentes parecem entender as relações entre os professores do curso como relações entre professores de distintas áreas. Essa percepção é importante, pois denota uma carência na consciência de campo, ou seja, o docente que compõe o quadro de docentes do curso voltado ao cooperativismo dá aula neste curso, mas não é deste curso. Logo, ao se relacionar com os próprios colegas de curso, relaciona-se com outras áreas. Um dos agentes refletiu sobre a falta de relações com os professores de outras instituições também no que tange à pesquisa e publicações científicas em cooperativismo.

Quando esses agentes não se referem às relações entre os agentes do mesmo curso, buscam relacionar a relação dos professores com a temática, ou seja, a relação dos professores com o cooperativismo. Também foram percebidas nas narrativas duas ausências de capital que resultam no distanciamento das relações entre professores. A primeira delas é a ausência de pesquisas e publicações em cooperativismo. A falta da geração do conhecimento na área (capital científico) aparece como um gargalo que pode começar a ser trabalhado pelos agentes. Da mesma forma, aparecem nas narrativas a falta de pesquisas, a limitação da formação dos professores em cooperativismo e o conhecimento prático em organizações cooperativas que os docentes de sua instituição possuem. Este último poderia ser caracterizado como capital cultural incorporado, já que advém das experiências pessoais de cada professor fora do campo do ensino. Entretanto, esse capital não se manifesta na produção científica desses agentes.

Nesse sentido, as falas de alguns dos entrevistados complementam-se no que se refere ao conhecimento adquirido do campo por parte dos docentes. Enquanto alguns agentes compensam a carência científica com o seu conhecimento do campo objeto dos cursos, outros agentes indicam que a ausência desse conhecimento prático é justamente o problema enfrentado em algumas situações. Esse fato indica uma valorização do capital cultural incorporado por esses agentes no momento de composição da grade de professores.

Alguns agentes estabelecem as relações entre os docentes dos cursos como embrionárias, com potencial de criação de laços fortes e como frágeis, sem laços ou com laços fracos. As narrativas dispõem sobre a fragilidade das relações entre os

docentes em cooperativismo. Alguns agentes indicam uma potencialidade na criação dos laços, referindo-se ao crescente interesse pelo campo do cooperativismo, embora seja um movimento recente. Outros agentes exprimem essa ideia ao mencionar a possibilidade de integração a partir da participação nos eventos do próprio SESCOOP/RS, movimento ainda tímido.

Entretanto, também se observou que alguns agentes dispõem de relações frágeis sob dois aspectos. O primeiro é a falta de articulação entre os mais diversos agentes do campo, citando, por exemplo, as cooperativas educacionais, que são em sua gênese cooperativistas, e a articulação junto ao próprio mercado (cooperativas) para fortalecimento do ensino em cooperativismo. De maneira geral, as IES que oferecem os cursos não são conectadas e os cursos não são protagonistas em suas instituições. O cooperativismo não é objeto de pesquisa ou de ensino principal. Trata-se de um campo periférico dentro de programas periféricos em instituições, também, periféricas.

Na visão desses agentes, a articulação entre os cursos, não como concorrentes, mas como participantes de um mesmo campo, jogando o mesmo jogo, fortalece o campo de ensino do cooperativismo. Nesse sentido, as falas desses agentes, no que se referem à percepção das relações entre os professores do ensino superior em cooperativismo no RS, permitem considerar a relevância de uma instituição própria para o ensino e pesquisa do cooperativismo no estado. Ter essa instituição implica no papel protagonista que a filosofia cooperativista desempenha no ensino e na pesquisa.

A compreensão da necessidade de existir maior integração entre os professores do campo, sobretudo na construção do conhecimento científico em cooperativismo, é presente nos discursos. Essa carência pode refletir na ausência da percepção de relações entre os docentes, principalmente entre os institucionais, pois estes estão comprometidos com a sua instituição, sendo o conhecimento científico o fator de ligação destes com outros agentes do campo. Assim, apenas quando questionados diretamente sobre as relações com outras instituições é que eles respondiam, deixando claro a ausência da percepção da relação. Um dos entrevistados assinalou que na instituição onde atua havia o fomento de promover essa relação entre os docentes do curso por meio de um projeto de pesquisa em cooperativismo, reforçando a importância do capital científico no campo. Ele indicou, ainda, que uma pequena relação se estabelece quando os professores externos são chamados para dar aula. Ou seja, há uma relação estreita entre os professores do curso, o que não acontece com docentes externos.

Alguns agentes consideram que há relação entre professores do curso com docentes de outras instituições, mas de outros cursos, não relacionados ao cooperativismo. Porém, esses agentes reforçam o capital cultural incorporado mesmo por esses professores, adquirido nas suas atuações profissionais (além da docência) junto às cooperativas. Essas narrativas dão conta de uma problematização dada à natureza

dos agentes. Os agentes institucionais, em geral com vínculos fortes na instituição, podem não ter relações densas com os cursos, principalmente no caso da pós-graduação, mas possuem relações institucionais onde atuam, – ou nos seus cursos/departamentos de origem. As relações entre os agentes de diferentes instituições ocorrem, assim, entre os professores que são não-institucionais ou mercadológicos. Contudo, não ocorrem a partir de suas instituições, pois, estes agentes não são identificados com nenhuma instituição em que atuam. Nesse sentido, as relações ocorrem a partir da validação dos capitais culturais incorporados e do capital social dos agentes.

Importante pensar que os agentes entrevistados, em geral, são institucionais, pois suas posições, que proporcionam a eles acúmulo de capital científico institucional, assim os configuram. Essa posição, entretanto, pode não refletir por completo as relações entre os professores do seu curso, pois esse agente pode não perceber as relações por estar distante delas. Mas, esse agente, mesmo sendo um agente institucional que possua tais relações e seja rico em capital social, percebe e reflete com clareza as relações existentes, como se entende a partir da fala do Agente 12: “é quase como um clube da Luluzinha” (Agente 12, entrevista concedida, 2018). A fala demonstra grande conhecimento das relações entre os professores, mas não conhece todas as instituições envolvidas no campo e nem todos os cursos que existem no RS. Embora sua fala tenha revelado um grande capital social no campo, assim como outros agentes. As relações dos agentes são pautadas de acordo com a sua caracterização enquanto docentes. As narrativas permitem compreender que os ocupantes das posições de coordenação dos cursos de graduação e pós-graduação, em geral, são docentes institucionais. Mas, conforme relatam sobre as relações dos professores que compõem as grades dos cursos a qual são coordenadores, é possível perceber a disposição das relações conforme a caracterização. Os professores não institucionais e mercadológicos tendem a ter relações com outros docentes não institucionais e mercadológicos, legitimando uns aos outros, estruturando, assim, suas posições neste campo. Há, nesse sentido, uma valorização do capital social desses agentes como sujeitos conectados e referenciados no campo.

Porém, por parte dos docentes institucionais, a busca por relações que construam conhecimento científico é latente nas narrativas. Esses agentes percebem a iminência da própria construção e configuração do ensino superior em cooperativismo no RS, pois trata-se de um campo de ensino e pesquisa ainda recente, embora conte com experiências antigas. Alguns agentes institucionais, inclusive, têm fortes vínculos com as IES onde atuam e com os cursos. Eles revelaram ter capital científico puro no campo do cooperativismo, ou seja, publicações e pesquisas na área. Esse fato faz com que tenham consciência em relação ao campo de ensino e pesquisa em cooperativismo, que é um campo estruturado, embora ainda tenha conexões frágeis entre os agentes. A estrutura de relações entre os professores do ensino superior em cooperativismo se mostra embrionária, apesar de ser mais forte entre docentes não institucionais ou

mercadológicos e mais frágil entre os institucionais. Essas relações definem-se de acordo com os capitais dos quais os agentes são dotados. E esses capitais, que estruturam o campo, são acumulados e disputados entre os agentes a fim de manter suas posições no campo.

Considerações finais

O campo de ensino superior em cooperativismo no RS ganha forma e é moldado de acordo com a posição dos agentes no campo. Do ponto de vista acadêmico, os cursos em sua maioria são vinculados à área de Ciências Sociais Aplicadas, pois são cursos de Gestão. A análise da taxonomia dos docentes deste campo, das áreas de formação (vinculadas ou não às Ciências Sociais Aplicadas) e a rede de docentes no âmbito da pós-graduação permite a concepção de um campo ainda em processo de formação, com troféus diversos para cada categoria de agente. A constituição do campo acadêmico, ou científico, passa pela ação dos agentes institucionais, aqueles comprometidos com a ciência e com a produção acadêmica. Entretanto, esses agentes são advindos de outras áreas do conhecimento, que possuem troféus mais definidos. Em outras palavras, esses agentes “conversam” com a área do cooperativismo, mas não são desta área.

Assim, o campo acadêmico/científico do cooperativismo se constitui e se molda por outros agentes, não se consolidando como um campo de pesquisa de excelência. Isso porque os agentes não institucionais e mercadológicos, embora tenham conexões mais fortes entre si e com o campo do cooperativismo em geral, não possuem fortes conexões com o campo científico. Frequentemente são pouco ou nada dotados dos capitais validados neste meio, cultural institucionalizado e científico puro, traduzidos em diplomas e publicações científicas.

As diferentes concepções sobre o cooperativismo são abordadas ao longo da análise e trazidas para o debate pelos próprios agentes entrevistados. Esses agentes são professores dos cursos, atuando como coordenadores, mas não necessariamente participaram da concepção pedagógica dos cursos, embora alguns terem exercido esse papel. Eles atuam conforme sua própria construção social e acadêmica de acordo com a sua categoria analisada. Em que pese essas considerações, ainda é possível perceber algumas características referentes à concepção conceitual sobre o cooperativismo.

Esses agentes não são naturais ao campo de ensino do cooperativismo, eles estão neste campo, mas pertencem, têm o *habitus* e os capitais inerentes ao seu campo acadêmico de origem, seja administração, economia, engenharia, agronomia, direito etc. Essas características não se restringem aos agentes entrevistados e reflete-se no quadro de docentes, como ilustrado na Figura 1, que mostra a proporção de docentes que são da área De Ciências Sociais Aplicadas.

Portanto, sob o ponto de vista do objetivo geral desse artigo, pode-se afirmar que a compreensão da construção do campo de ensino superior em cooperativismo no RS a partir dos conceitos e estruturas de campo social de Pierre Bourdieu (1983, 2003a, 2003b) foi realizada. Essa construção passa por diversos agentes, como indicado, e tem nos docentes os indivíduos estruturantes do campo. São os docentes que pensam os cursos, em especial de pós-graduação, a partir de suas relações com os demais agentes, professores e cooperativas. E essas relações ocorrem a partir da categoria docente em que se enquadram.

Referências

ALVES, C. N. **O campo do ensino superior em cooperativismo: uma análise a partir da construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul** 2019. 232 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional) Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2019.

ALVES, C. N.; CADONÁ, M. A; FORGIARINI, D. I. Cooperativismo e Desenvolvimento Regional: uma análise do movimento cooperativista no Brasil e seu papel para o desenvolvimento regional. *In: Seminário de desenvolvimento regional, estado e sociedade*, V., 2021, Taubaté/SP. **Anais [...]**. Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – Inovação, sociedade e desenvolvimento regional: repercussões e contradições nos territórios [recurso eletrônico]. Taubaté: Ed; Unitau, 2021.

ARAÚJO, F. M.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. D. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, Nilópolis, v. 1, n. 1, p. 32-40, 2009.

BARROS FILHO, C. **Curso ‘O pensamento de Pierre Bourdieu’**. Espaço Ética, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/espacoetica>. Acesso em: 1 jan. 2018.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In: ORTIZ, Renato. A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D’Água, 2003a.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim do Século, 2003b.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. **Homo academicus.** Florianópolis: UFSC, 2017.

CAMPENHOUDT, L. V. **Introdução à análise dos fenômenos sociais.** Lisboa: Gradiva, 2001.

CORCUFF, P. **As novas sociologias.** 2. ed. Sintra: Vral, 2001.

CORTÉS, O. N. P. **A inter-relação bourdiesiana: Habitus, Campo e Capital.** 104f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pós-Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2016.

GARCIA, M. M. A. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, p. 64-72, 1996.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamento críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, 2002.

MATTOS, M. de D. **O habitus e o projeto original.** 93 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pós-Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil, 2018.

MONTAGNER, M. A.; MONTAGNER, M. I. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 255-273, 2011.

OCB. **O que é cooperativismo.** Somos Cooperativismo, 2018. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 9 mar. 2018.

PINHO, D. B. A educação cooperativa nos anos 2000: valorizando a cidadania brasileira. *In*: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP, 2003. p. 135-179.

PINHO, D. B. **As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: passado, presente e futuro.** São Paulo: ESETEC, 2008.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. *In*: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP, 2003.

SESCOOP/RS. Programa UNI-SESCOOP/RS. Sistema OCERGS-SESCOOP/RS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://www.sESCOOPrs.coop.br/programas/unisESCOOPrs/>. Acesso em: 31 mar. 2018

VIZCARRA, F. Premisas y conceptos básicos en la sociología de Pierre Bourdieu. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, Colima, v. 8, n. 16, p. 55-68, 2002.

Data de submissão: 18/05/2020

Data de aprovação: 20/09/2021

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Cinara Neumann Alves

Faculdade de Administração e Turismo / Universidade Federal de Pelotas

Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro

96010-610 Pelotas/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5077-5515>

E-mail: cinaranalves@gmail.com

Marco André Cadoná

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Universidade de Santa Cruz do Sul

Av. Independência, 2293 – Universitário

96815-900 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1580-5234>

E-mail: marco14cadona@hotmail.com